

# **O PAPEL DO CUIDADOR NA INCLUSÃO DE UMA CRIANÇA COM AUTISMO EM UM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Amanda Magalhães Barbosa – UNEAL  
amandamagb@gmail.com

Elizete Santos Balbino – UNEAL  
elizete.balbino@hotmail.com

## **RESUMO**

A inclusão da criança com autismo nos ambientes educacionais tem percorrido um caminho demarcado por desafios que afetam professor e criança. Buscando amenizar essas dificuldades e oferecer um ambiente propício para o desenvolvimento e aprendizagem, algumas políticas públicas têm sido aos poucos implementadas, dentre elas, o direito da presença de um cuidador, quando necessário. Este trabalho apresenta como problemática: Qual o papel do cuidador na inclusão da criança com autismo? Desse modo, temos como objetivos: analisar o papel do cuidador na inclusão da criança com autismo e investigar a sua concepção acerca da inclusão e do autismo. Para o referencial teórico, contamos com a contribuição de autores, como: Figueira (2011), Biaggio (2007), Mantoan (2006), Silva (2008) e Freire (2008). A metodologia utilizada, foi um estudo de caso com enfoque qualitativo. A coleta dos dados se deu através de uma entrevista semiestruturada realizada com a cuidadora de uma criança com autismo em um Centro de Educação Infantil do Município de Arapiraca -AL. Os resultados mostraram que a cuidadora exerce o papel de ajudar a criança com autismo na sua alimentação, higiene e no desenvolvimento das atividades pedagógicas. Foi possível perceber, no entanto, a necessidade de maior informação e formação sobre aspectos referentes à inclusão e autismo, para que a cuidadora exerça uma prática mais consciente. Por fim, nós concluímos, ressaltando a necessidade desse profissional para que a inclusão da criança com autismo seja efetivada, mas destacando que é preciso maior reflexão acerca da necessidade da teoria aliada a prática do cuidador.

**Palavras-chave:** Autismo. Cuidador. Inclusão

## **THE CAREGIVER ROLE IN THE INCLUSION OF A CHILD WITH AUTISM IN A CHILD EDUCATION CENTER**

### **ABSTRACT**

The inclusion of children with autism in educational environments has traversed a path marked by challenges that affect teacher and child. Seeking to alleviate these difficulties and provide an enabling environment for development and learning, some public policies have been gradually implemented, among them, the right to the presence of a caregiver when it is necessary. This work presents as a problematic: What is the role of the caregiver in the inclusion of children with autism? Thus, we aim: analyze the role of the caregiver in the inclusion of children with autism and investigate its perception about inclusion and autism. To the theoretical basis, we rely on the contribution of authors such as: Figueira (2011), Biaggio (2007), Mantoan (2006), Moresi (2003) e Freire (2008). The methodology

used was a case study with qualitative approach. The data collection was made through a semi-structured interview with the caregiver of a child with autism in an Early Childhood Center of the Municipality of Arapiraca -AL. The result showed that the caregiver plays the role of helping the child with autism in their diet, hygiene and development of pedagogical activities. It could be observed, however, the necessity for more information and training on issues related to inclusion and autism, so that the caregiver makes a more conscious practice. Finally, we conclude, highlighting the necessity of this professional for the inclusion of children with autism to take effect, but noting that it takes a reflection about the necessity of Allied theory to caregiver practice.

**Keywords:** Caregiver. Autism. Inclusion.

## **Introdução**

A complexidade advinda do autismo tem despertado um amplo repertório de pesquisas no meio educacional, isto porque, as características inerentes do autismo trazem consigo uma série de desafios no ambiente educacional. É notório que apesar dos avanços que vem acontecendo em torno da inclusão, ainda há uma certa limitação quanto a sua prática, sendo necessário a implementação de ações e recursos que favoreçam o processo educativo, no sentido de contemplar a todos e garantir o desenvolvimento e a aprendizagem dos mesmos. Quando discutimos sobre as ações que contribuem para a inclusão, nos remetemos ao novo direito adquirido pelas pessoas com deficiência, que é a presença do cuidador na sala de aula, quando necessário. Diante disso, este artigo apresenta como problemática: Qual o papel do cuidador na inclusão da criança com autismo? Desse modo, temos como objetivo: analisar o papel do cuidador na inclusão da criança com autismo e investigar a sua concepção acerca da inclusão e do autismo. Para atingir esses objetivos, avaliamos a necessidade de contar com as contribuições de alguns estudiosos sobre a temática investigada, dentre eles: Figueira (2011), Biaggio (2007), Mantoan (2006), Silva (2008) e Freire (2008).

A escolha desse tema se justifica pela necessidade de refletir sobre as ações que estão sendo implementadas para assegurar a inclusão, efetiva e real, especificamente no que diz respeito ao profissional denominado de cuidador. Outro aspecto relevante é que buscamos analisar o papel do cuidador da criança com Autismo, a partir da realidade de um Centro de Educação Infantil, no qual a presença do cuidador já foi um direito conquistado, constituindo assim, um passo importante para que a criança com autismo tenha seus direitos assegurados.

O autismo é um transtorno global do desenvolvimento (TGD) que se caracteriza pelo desenvolvimento atípico na comunicação verbal e não verbal e na interação social, apresentando comportamento estereotipado e repertório limitado de interesses.

No que se refere ao autismo, a inclusão tem sido propagada com maior ênfase, devido ao grande enfoque advindo da mídia e das pesquisas científicas que atualmente são realizadas. As discussões em torno desta temática têm sido frequentes e visam fomentar a criação de políticas públicas que promovam e resguardem o direito da criança com deficiência nas instituições públicas de ensino. No entanto, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que ela seja real em todos os ambientes, inclusive nas instituições de educação infantil. Segundo Figueira 2011, p.54):

A educação infantil não pode fugir dessa responsabilidade, devendo permitir a mudança de ideias de atitudes e práticas nos âmbitos político, pedagógico e administrativo, gerando mudanças paradigmáticas na sociedade como um todo.

O aumento do número de crianças com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento na educação infantil é evidente, entretanto, se a política de inclusão educacional traz benefícios para todos, também lança novos desafios para instituições, professores e sociedade (BIAGGIO, 2007). Dois aspectos dificultam a sua efetividade, o primeiro diz respeito a resistência quanto a aceitação da inclusão, principalmente devido as dificuldades que são inerentes ao autismo. Já o segundo aspecto é a ausência de práticas inclusivas, geralmente impossibilitadas por barreiras estruturais, como o espaço físico e a falta de recursos pedagógicos que atendam às necessidades da criança.

Sobre o primeiro aspecto, podemos dizer que os argumentos utilizados pela escola tradicional para resistir à inclusão refletem a sua incapacidade de atuar diante da complexidade, da diversidade, da variedade, do que é real nos seres e nos grupos humanos (MANTOAN, 2006). Em relação ao segundo aspecto, Silva (2008, p.17) nos diz que: “os processos e as estruturas são os instrumentos de consolidação de uma ação de poder sobre as pessoas. Essa ação pode contribuir para a criação de um clima favorável ou não à inclusão.” De forma que podemos compreender que a falta de conhecimento teórico e prático unido a escassez de recurso pedagógico nas instituições de ensino podem ser determinantes para o fracasso da inclusão, considerando que esses aspectos são essenciais para seja desenvolvida uma ação inclusiva e a criança tenha oportunidade de se

desenvolver integralmente. Sendo a inclusão um processo complexo é impossível de se pôr em prática sozinho, para tanto se faz necessário a articulação entre instituição, professor, família e, sobretudo, o apoio do sistema de ensino que tem sido cobrado cada vez mais pela sociedade.

Foi através dessas cobranças que aos poucos o movimento conseguiu avanços, principalmente que houvesse a garantia do acesso a escola regular para a pessoa com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento e logo mais o apoio especializado, através da Lei nº 9.394, na qual fica garantido que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da criança com deficiência, tendo início na faixa etária de zero a cinco anos, durante a educação infantil (BRASIL, 1996). Inicialmente esse apoio foi caracterizado pelo AEE, que é o Atendimento Educacional Especializado, um serviço que complementa a ação do professor, devendo ser integrado a proposta pedagógica da escola e com os objetivos de prover condições para que a criança se desenvolva, participe e aprenda na escola de ensino regular.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007, p.10):

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

Embora, seja uma política pública importante, o atendimento especializado é realizado na sala de recursos, no turno inverso ao do ensino regular e se limitando ao desenvolvimento de outras atividades. De forma, que foi percebido a necessidade de um profissional, neste caso o cuidador, que acompanhasse a criança em sua rotina diária, auxiliando-a, afim de amenizar as dificuldades enfrentadas tanto pelo professor quanto pela criança no dia-a-dia escolar.

Segundo o que relata Brasil (2008, p. 3):

Na área da educação, sob a perspectiva da educação inclusiva, faz-se necessária a disponibilização de suportes como a oferta de equipamentos

e ajudas técnicas, incluindo-se aí a contratação de Cuidadores como forma de viabilizar a iniciativa e continuação destes alunos que apresentam necessidade de auxílio na alimentação, na higiene, para vestir-se e outras, na rede de ensino.

Compreendemos assim, que o professor sozinho não consegue administrar todas essas responsabilidades, a partir desse entendimento, surge a presença de um cuidador na escola, quando necessário para atuar junto a criança com deficiência ou transtorno global do desenvolvimento. Nesse sentido, o papel do cuidador é oferecer o acompanhamento mais individualizado de forma a viabilizar a mobilidade no ambiente escolar, o atendimento de necessidades pessoais e a realização de outras tarefas que não podem ser prestadas pelo professor em função de suas próprias condições de trabalho, isto é, salas lotadas, outros alunos a ser atendidos, conteúdo programático a ser apresentado, ou ainda, por falta de treinamento para esse tipo de trabalho (BRASIL, 2008).

Um desafio enfrentado ao longo dessa pesquisa, foi a escassez de bibliografia acerca dos direitos, deveres, formação necessária para o cuidador, o que nos leva a pensar de que forma esse cargo foi criado, considerando que não há uma base teórica sólida que o fundamente. Masson; Brito; Sousa (2008) acreditam que isso esteja relacionado ao fato de que a atividade vem sendo desenvolvida com pouca visibilidade social, não é reconhecida como categoria profissional e é associada a tarefas historicamente tidas como de fácil realização, a partir do estabelecimento de vínculos afetivos e de devoção, não apresentando status de profissão (e, até mesmo, de trabalho) e sendo dispensada de processos de formação/qualificação profissional específico e de qualidade.

## **Metodologia**

Para atingir os objetivos já enunciados, optamos pela realização de um estudo de caso com enfoque qualitativo. A escolha pelo estudo de caso se deu pela oportunidade de investigar profundamente a problemática da pesquisa e por permitir explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos e descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação (GIL, 1999).

A pesquisa qualitativa foi escolhida para esse trabalho, pois de acordo com Botelho; Cruz (2013, p. 54-55) esse tipo de pesquisa busca:

Entender um fenômeno específico em profundidade. Ao invés de estatísticas, regras e outras generalizações, ela trabalha com descrições,

comparações, interpretações e atribuição de significados possibilitando investigar valores, crenças, hábitos, atitudes e opiniões de indivíduos ou grupos. Permite que o pesquisador se aprofunde no estudo do fenômeno ao mesmo tempo que tem o ambiente natural como a fonte direta para a coleta de dados.

Com o intuito de analisar o papel do cuidador da criança com autismo nós realizamos a pesquisa com uma cuidadora de um Centro de Educação Infantil do município de Arapiraca – AL.

A coleta de dados da pesquisa ocorreu por meio de entrevista, que segundo Marconi; Lakatos (2003, 195): “ é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional.”

Inicialmente nós explicamos a entrevistada qual a finalidade da pesquisa e o objetivo que almejamos atingir. Logo em seguida, buscamos através da entrevista identificar o que a cuidadora entende por inclusão, autismo e o seu papel frente a inclusão.

### **Análises dos resultados**

Para melhor compreensão do que foi discutido, faremos uma análise da entrevista realizada com uma cuidadora de uma criança com autismo, buscando realizar um contraponto com a bibliografia pertinente a temática investigada. Inicialmente, se faz necessário caracterizar a cuidadora entrevistada. Para preservar sua identidade, iremos denominá-la de Antônia. Atualmente, está cursando a licenciatura plena em Pedagogia. Atua na educação infantil acerca de 4 anos, anteriormente na função de auxiliar infantil e hoje em dia na função de cuidadora de uma criança com autismo.

A princípio, nós questionamos a entrevistada o que ela entende por inclusão, eis a resposta:

A inclusão serve para aquelas pessoas que não aprendem, não se desenvolvem como as crianças ditas “normais”, acredito que ela é necessária, mesmo que haja diferença, porque a criança não entende o que a criança “ normal” está fazendo. No meu ponto de vista, eu acho certo, porque a criança tem que aprender a interagir, porque o que ele aprende, mesmo que seja pouco, é uma grande vantagem (ANTÔNIA, 2014).

A inclusão é definida por Freire (2008) como um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem,

de uma forma consciente e responsável na sociedade da qual fazem parte e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos outros.

Em seguida nós perguntamos o que a entrevistada conhece sobre autismo, obtivemos a seguinte resposta:

Quem tem autismo em primeiro lugar não gosta de interagir, ele gosta de estar reservado. É uma criança que não suporta barulho, quanto mais barulho, mas agitada a criança fica e nervosa, grita. Não olha nos olhos. Em um minuto ele é tranquilo, brinca com os colegas, no outro já fica agressivo, bate e fica rindo (ANTÔNIA, 2014).

Percebemos através da fala da entrevistada, que ela não possui um conceito de autismo que abarque as principais características. Assim, notamos que sua resposta está baseada na experiência que ela tem adquirido na prática e nas características que a criança com autismo que ela convive apresenta no dia-a-dia. No entanto, consideramos necessário que o profissional que está envolvido com o processo de inclusão da criança com autismo, possua conhecimentos teóricos básicos para fundamentar uma prática consciente.

Neste trabalho, ponderamos sobre a importância de entender o que levou a Antônia a assumir a função de cuidadora, de forma que questionamos o que ela acha de exercer essa função e de que maneira ela passou de auxiliar infantil para cuidadora:

Eu acho uma profissão difícil, porque não tem nenhuma ajuda, nenhuma formação para ajudar a gente na prática, eu falo com ele, mas ele não escuta, só ri, ele não entende ou ignora [...] Quando eu fui renovar o contrato não tinha vaga de auxiliar, só de cuidadora. Não me disseram na época o que era essa função, só que eu trabalharia com criança especial, mas nem disseram que era autismo, nem explicaram o que eu tinha que fazer. Só quando eu cheguei no centro de educação infantil que me falaram que eu trabalharia diretamente com uma criança autista [...] a formação exigida foi o ensino médio (ANTÔNIA, 2014).

O que nos parece através dessa fala, é que a função de cuidador neste caso foi criada sem planejamento, apenas para efetivar um direito cobrado pela sociedade, já que segundo Brasil (2008, p. 6):

[...] a rede regular de ensino, inclusive a particular, passou a ser olhada e cobrada rotineiramente, para que evolutivamente apresente cada vez mais condições, como acessibilidade física dos prédios, existência de corpo docente capacitado e de serviços de apoio, inclusive de cuidadores.

Sobre a formação, Masson; Brito; Sousa (2008, p. 70) alegam que “os cuidadores não necessitam de nenhuma capacitação prévia para exercerem a função, podendo ter

acesso ou não a cursos e treinamentos básicos.” Com essa fala, somos levados a entender que aparentemente não é necessária qualquer formação que fundamente a prática desse profissional.

Em seguida, questionamos a entrevistada, qual o seu papel frente a inclusão, ela respondeu o seguinte:

Acho que o meu papel é ajudar a professora, porque pra ela é muito difícil tomar conta de vários alunos e ainda de uma criança especial. Eu estando com ele na sala, alivia o trabalho da professora, ao mesmo tempo em que possibilita que ele fique na sala de aula normal (ANTÔNIA, 2014).

Sobre essa fala, Brasil (2008) alega que a figura do profissional denominado cuidador na rede regular de ensino possibilita aos alunos com limitações de comunicação, de orientação, de compreensão, de mobilidade, de locomoção ou outras limitações [...] a participação de forma inclusiva no cotidiano escolar. Destaca-se que, obviamente, o professor não possui condições de trabalho que permitam que ele exerça, também, essa função junto aos alunos.

Quanto as atividades que ela realiza, ela respondeu:

Minha responsabilidade é auxiliar ele durante a alimentação, na pré-escola os alunos não tomam banho, mas a mãe dele pediu que desse porque acalma ele, então eu também dou banho nele. Eu passo a maior parte no tempo com ele em uma sala a parte e quando a professora vai passar uma atividade que ele gosta, eu vou pra sala com ele. Enquanto a professora explica a aula pra turma, eu explico pra ele e ajudo-o a fazer a atividade. No caso, eu que acabo sendo a professora dele. (ANTÔNIA, 2014).

Entendemos que a cuidadora cumpre com as funções de cuidar da saúde e bem estar da criança, no entanto percebemos uma inversão de papéis, quando ela afirma substituir a ação pedagógica da professora junto a criança com autismo.

## **Conclusão**

Através desse trabalho, buscamos refletir sobre alguns aspectos referentes a inclusão da criança com autismo em um Centro de Educação Infantil e a necessidade de um cuidador para a mesma, afim de que seja garantida a sua permanencia na rede regular, sem que sofra restrições que a impossibilite de estar incluída. Promover a inclusão desde a educação infantil demonstra a possibilidade de não só garantir o acesso permanente à



educação para a criança com autismo, mas também a de criar um ambiente propício para que outras crianças aprendam a conviver com as diferenças, se sensibilizar frente a elas e contribuir para um espaço saudável de desenvolvimento e aprendizagem.

Reconhecemos que falar sobre inclusão pode ser considerado recorrente, entretanto temos percebido grande disparidade entre o discurso e a prática, fazendo com que os estudos e pesquisas sobre esse tema sejam ainda relevantes e atuais, uma vez que estes apresentam resultados reais que levam a percepção de que há a necessidade de mais apoio e suporte na área. É através dessa constatação, que cada vez mais as pessoas se tornam conscientes e buscam a efetividade de políticas que garantam os direitos da pessoa com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento. Vale destacar no entanto, que é preciso refletir, planejar e avaliar a melhor forma de implementá-las, para que elas sejam verdadeiramente eficazes para a promoção da inclusão.

Dessa forma, pudemos constatar ao longo de nosso estudo e dos resultados obtidos através da entrevista realizada com a cuidadora, que há um interesse por parte da secretaria de educação do município de Arapiraca em garantir um direito conquistado pela pessoa com deficiência e transtorno global do desenvolvimento, no entanto ainda há certa confusão acerca do papel do cuidador, já que o profissional designado para a função de cuidador, não está recebendo as informações necessárias sobre a função que exerce, nem a formação necessária para atuar frente aos desafios e necessidades advindos do processo de inclusão da criança com autismo. A falta de informação pode levar a inversão de papéis dentro da sala de aula, levando em consideração que a função de cuidador é garantir o bem estar da criança e em muitas situações esse profissional está substituindo a função pedagógica do professor recriando um processo de integração.

Portanto concluímos, que o cuidador tem um papel importante no processo de inclusão, uma vez que ajuda o professor a lidar com os desafios que podem surgir diante da inclusão da criança com autismo e vai dar o suporte necessário para que a criança esteja incluída, com todas as suas necessidades atendidas. No entanto, vale destacar a necessidade de uma maior reflexão acerca do papel do cuidador, levando em consideração a importância de aliar a teoria à prática, de forma que esse profissional exerça um trabalho consciente, com base nos valores e princípios da inclusão.

## Referências

- BIAGGIO, R. de. A inclusão de crianças com deficiência cresce e muda a prática das creches e pré-escolas. **Revista criança do professor de educação infantil: A inclusão de crianças com deficiência na educação infantil.** MEC. Vol.44. p. 19-23. SP. Novembro/2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/revista44.pdf>>. Acesso em: 19 Set. 2014. 21:13:48.
- BOTELHO, J. M.; CRUZ, V. A. G. da. **Metodologia científica.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.
- BRASIL. **Política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial. 2007>. Acesso em: 28 set. 2014. 16:59:20.
- \_\_\_\_\_. **Inquérito Civil n.º 341/2008:** Acessibilidade da pessoa com necessidades especiais – direito à educação e contratação de Cuidador. Disponível em: <[http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao\\_civel/aa\\_ppdeficiencia/aa\\_ppd\\_julgados/2011-7-15%20-%20INICIAL%20ACP%20-CUIDADOR.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/aa_ppdeficiencia/aa_ppd_julgados/2011-7-15%20-%20INICIAL%20ACP%20-CUIDADOR.pdf)>. Acesso em: 28 set. 2014, 18:15:23.
- FIGUEIRA, E. **O que é educação inclusiva.** São Paulo: Brasiliense, 2011. (Coleção Primeiros passos).
- FREIRE, S. Um olhar sobre a inclusão. **Revista da Educação,** Vol. XVI, nº 1, 2008. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5299/1/Um%20olhar%20sobre%20a%20Inclus%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2014, 20:58:35.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- MANTOAN, M. T. E. **O direito de ser, sendo diferente, na escola.** Procuradoria Geral da República.2006. Disponível em:<<http://saci.org.br/index.php?modulo=akemi&parametro=17820>>. Acesso em: 28 jul. 2014, 17:46:00.
- MARCONI, M. de. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2003.
- MASSON, L. P; BRITO, J. C. de; SOUSA, R. N. P. de. O trabalho e a saúde de cuidadores de adolescentes com deficiência: uma aproximação a partir do ponto de vista da atividade. **Saúde e Sociedade.** São Paulo, v.17, n.4, p.68-80, 2008.
- SILVA, J. M. Práticas educativas em organizações inclusivas: o problema do sujeito. In: SOUZA, O. S. H. (Org.). **Itinerários da inclusão escolar:** múltiplos olhares, saberes e práticas. Canoas: Ed. Ulbra; Porto Alegre: AGE, 2008.